

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.082 - SP (2020/0264205-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : CLAUDIO DINIZ MARTINS
ADVOGADOS : MÁRCIA DE OLIVEIRA MARTINS - SP124741
JOSE CARLOS RODRIGUES JUNIOR - SP282133

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL Acidentária Lesões nos punhos e coluna do obreiro Concessão de “auxílio- acidente” Admissibilidade Incapacidade parcial e permanente e nexo causal atestados em perícia médica Ação julgada procedente Recurso do réu e reexame necessário Coisa julgada Inocorrência -- Abono anual também devido ao segurado Honorários advocatícios Percentual a ser definido em fase de liquidação do julgado, nos termos do art. 85, §§3º e 4º, II, do novo CPC Precedentes Juros de mora contados de modo englobado até a citação e, após, mês a mês, decrescentemente, e correção monetária a serem aplicados de acordo com o que vier a ser decidido pelo Col. STF no julgamento do RE nº 870.947/SE em relação a seu âmbito de eficácia e respectiva modulação de efeitos, diante da excepcional concessão de efeito suspensivo aos “embargos de declaração” opostos àquela decisão Apelo do INSS não provido, provido, em parte, o outro recurso.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação dos artigos 337, § 4º e 485, V, Código de Processo Civil, no que concerne à ocorrência de litispendência, trazendo o seguinte argumento:

Há prevenção na interposição de anterior ação: se entendia o obreiro terem os males se agravado, era de pugnar na ação já interposta.

Ocorre que a ação interposta em primeiro lugar havia afastado o nexo causal e agora aguarda o julgamento da apelação, conforme consta do próprio acórdão.

De tal forma, a parte autora ajuizou outra, com o intuito de "ajudar a sorte", na iminência de perder a primeira. Frise-se que os fatos são incontroversos, já que admitidos na própria fundamentação do v. Aresto, ou seja, a única diferença entre as

ações é simplesmente o suposto agravamento dos males, pois todo o resto analisado é idêntico, restando questão unicamente de direito a ser resolvida pelo tribunal competente, o egrégio STJ, no tocante à litispendência escancarada.

Observa-se claramente que as ações têm as mesmas partes (INSS e Autor), mesmo pedido (benefício conforme a lei derivado de incapacidade laboral) e mesma causa de pedir (incapacidade em determinado grau).

A alegação de que o pedido de auxílio-doença seria diferente é oportunista e arbitrário, pois o TJSP impõe o princípio da "mihi factum, dabo tibi ius", até porque, no final, o que conta é a incapacidade aferida por laudo médico pericial.

De tal forma, ao ingressar com a primeira ação, fixou-se a competência no tocante à análise do benefício cabível, não podendo, agora, o segurado inovar tentando ajuizar ação idêntica sob o pretexto de agravamento (fls. 339).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Rejeito, de pronto, a matéria preliminar levantada pelo INSS em suas razões recursais, uma vez que se trata de mera reiteração de questão já decidida corretamente pelo douto magistrado a fls.145/146 ao assinalar especificamente que “...Conforme se extrai dos autos, e das informações advindas da requerida, o autor ajuizou, em 11/10/2016, perante a Comarca de Suzano, ação acidentária, postulando a concessão de auxílio-acidente, ação esta julgada improcedente, porquanto não evidenciada a existência de nexos causal entre a patologia apresentada e o trabalho exercido. Referida ação aguarda julgamento do recurso de apelação interposto. A presente demanda foi ajuizada em 18/01/2018, postulando a concessão de auxílio-doença, através do reconhecimento de sua redução da capacidade laborativa, em decorrência das patologias por ele acometida. Assim, não prospera a preliminar de litispendência arguida pelo INSS, uma vez que as demandas têm objetos diferentes. Depreende-se, assim, que as partes são as mesmas, porém, a causa de pedir (fundamentos de fato e de direito que embasam o pedido) e o pedido são diferentes, uma vez que na primeira ação ajuizada (acidentária) a causa de pedir decorre do acidente do trabalho e, na segunda ação (previdenciária), decorre do agravamento da doença incapacitante, ou seja, de naturezas diversas.. ...”.

Com efeito, em que pese a identidade de partes, o pedido, nesta ação, diverge daquele formulado na ação anterior, diante do que alegou o autor e foi constatado na bem elaborada perícia médica, ou seja, o seu quadro de enfermidades agravou-se desde o julgamento daquela ação. Com esse agravamento do seu quadro

Superior Tribunal de Justiça

clínico, foi introduzida em juízo uma nova causa de pedir, divergindo, pois, o contexto fático aqui narrado daquele considerado na demanda já julgada (fls. 312).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor a ser fixado em liquidação de sentença para o julgamento do processo pelas instâncias ordinárias, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente